

ASPECTOS POPULACIONAIS DA FRONTEIRA TERRESTRE SEGUNDO O CENSO 2022^{1,2}

Rosa Moura³

SINOPSE

Uma leitura dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 para a faixa de fronteira terrestre (FFT) é realizada neste ensaio, que coloca em relevo a distribuição, os domicílios e o crescimento da população, salientando os marcantes diferenciais quanto à composição da população por cor ou raça, idade e sexo. Foco específico é dado à presença indígena nessa faixa de fronteira. As informações atualizadas confirmam a diversidade existente nesse recorte de pesquisa e apontam dinâmicas populacionais que ultrapassam os limites do território brasileiro. Na expectativa de novas leituras e detalhadas análises sobre os temas, sugerem-se outras informações censitárias já disponíveis ou a serem divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reiterando a importância desses registros, que cobrem todos os municípios brasileiros, como insumos essenciais à formulação e à adequação de políticas públicas de base territorial.

Palavras-chave: população da fronteira; pessoas indígenas fronteiriças; arranjos populacionais transfronteiriços.

ABSTRACT

A synthetic reading of the first results of the 2022 Demographic Census for the borderland strip is carried out in this essay, which highlights the distribution, households, and population growth, and the striking differences regarding the composition of the population by color or race, age and sex. Specific focus is given to the indigenous presence in this borderland strip. The updated information confirms the diversity that exists in this region and points to population dynamics that go beyond the limits of the Brazilian territory. In anticipation of new reading and detailed analyses on the topics, other census information already available or to be released by IBGE are highlighted, reiterating the importance of these data, which cover all Brazilian municipalities, as essential inputs for the formulation and adaptation of territorial-based public policies.

Keywords: borderland strip population; indigenous border people; cross-border population arrangements.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua31art3>

2. A autora agradece a leitura atenta e todas as contribuições do Editorial do Ipea a este texto, que fazem um diferencial importante na qualidade do trabalho publicado.

3. Doutora em geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); e pesquisadora do Observatório das Metrópoles no Núcleo RM Curitiba, projeto integrante do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1 INTRODUÇÃO

Mais de uma década passada do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), começaram a ser divulgados os resultados do recenseamento de 2022. Estes oferecem insumos para a formulação e a adequação de políticas públicas de base territorial, ao permitirem compor um perfil atual da localização e das características da população, com suas especificidades regionais e locais. No caso das políticas para a fronteira brasileira, as informações recentes confirmam a diversidade existente em sua extensão e sugerem dinâmicas populacionais que transpassam os limites do território brasileiro.

Valendo-se desses resultados,⁴ busca-se neste ensaio – que é produto da pesquisa *Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública*, desenvolvida na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea) – uma leitura sintética de alguns marcadores incidentes sobre a faixa de fronteira terrestre (FFT).⁵ Coloca-se em foco: a distribuição, o crescimento da população e a residência em domicílios particulares permanentes (DPPs), considerados previamente por Moura e Ferreira (2023); a composição quanto a cor ou raça, com destaque para população indígena; o perfil etário, sintetizado no índice de envelhecimento (IE) e na idade mediana (IM); e a razão de sexo (RS) da população. Para penetrar na heterogeneidade da FFT, a leitura se desdobra nos arcos fronteiriços Central, Norte e Sul e, adicionalmente, nos municípios da linha de fronteira que configuram arranjos transfronteiriços (ATs) e nos demais municípios (DMs) da FFT. Os ATs são ocupações urbanas em continuidade ou em forte conexão com localidades de países vizinhos, transpondo a linha de fronteira e compondo uma cidade sobre o território de mais de um país. Eles incluem as cidades gêmeas (Brasil, 2021), os arranjos populacionais internacionais (IBGE, 2020) e as localidades fronteiriças vinculadas (Mercosul, 2019), além de identificarem outras configurações ainda não inseridas nessas classificações (Moura, Pêgo e Ferreira, 2022).

4. Atualizados pelo IBGE em 22 de dezembro de 2023. Disponíveis para todas as Unidades da Federação (UFs) em: <http://www.ibge.gov.br>.

5. Disposta na Lei nº 6.634 de 1979 (Brasil, 1979), a FFT é composta por 588 municípios situados a até 150 km da linha de fronteira, conforme relação ajustada pelo IBGE com base na malha digital municipal de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=37407&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 3 fev. 2024.

FIGURA 1
Brasil: arcos fronteiriços e ATs



Arco Norte: Acre, Amazonas, Pará e Roraima
 Arco Central: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia
 Arco Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Fonte: IBGE (2023); Brasil (2005); Moura, Pêgo e Ferreira (2022).
 Elaboração da autora.

2 DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS

Os primeiros dados censitários disponibilizados contemplaram o universo de pessoas residentes no país e seus domicílios, bem como a atualização de informações referentes à área territorial, à densidade demográfica e à taxa de crescimento anual. Integram a FFT 10,6% do total de municípios do Brasil, cuja participação no total da população brasileira oscilou em torno de 5,8% nas primeiras décadas deste século. Essa população cresceu 0,69% ao ano (a.a.) entre 2010-2022 (tabela 1), acima da taxa geométrica de crescimento anual da população (TGCA) do Brasil, de 0,52% a.a. Está concentrada no arco Sul, que declinou sua participação de 62,8% para 57,2% do total da população residente na FFT no período 2000-2022, tempo em que o arco Norte elevou de 15,3% para 19,8%, enquanto o Central se manteve estável. O Norte é o arco com a mais elevada TGCA entre 2010 e 2022 (1,50% a.a.), tendo absorvido mais de 40% do total do incremento populacional da FFT – contingente gerador de grande impacto nas demandas sociais. Percentual similar foi absorvido pelo Sul. No período, o incremento da FFT correspondeu a 7,6% do total do país.

TABELA 1

Principais marcadores da distribuição e crescimento da população e dos domicílios na FFT (2010-2022)

Informação	FFT	Arco Central	Arco Norte	Arco Sul	ATs	DMs da FFT
População e municípios						
Número de municípios em 2022	588	101	69	418	55	533
População total em 2010 (hab.)	10.761.304	2.510.899	1.935.883	6.314.522	1.575.201	9.186.103
População total em 2022 (hab.)	11.692.332	2.687.794	2.313.223	6.691.315	1.685.100	10.007.232
Proporção da população total na FFT em 2022 (%)	100,00	23,00	19,80	57,20	14,40	85,60
Incremento populacional entre 2010 e 2022 na FFT (%)	100,00	19,00	40,50	40,50	11,80	88,20
TGCA 2010-2022 (% a.a.)	0,69	0,57	1,50	0,48	0,56	0,72
Municípios com TGCA 2010-2022 igual ou superior a 0,69% a.a. (%)	29,40	26,70	76,80	22,20	40,00	28,30
Municípios com TGCA 2010-2022 inferior a 0 (%)	46,10	48,50	8,70	51,70	29,10	47,80
DPPs						
Número de DPPs em 2022	4.941.598	1.172.723	782.727	2.986.148	671.475	4.270.123
DPPs ocupados em 2022 (%)	82,80	79,10	81,60	84,60	82,40	82,90
DPPs não ocupados vagos ¹ em 2022 (%)	10,90	13,30	10,70	9,90	10,70	10,90
Média de moradores por DPP em 2010	3,28	3,36	4,17	3,05	3,45	2,77
Média de moradores por DPP em 2022	2,84	2,88	3,58	2,63	3,02	2,40
TGCA de DPPs ocupados 2010-2022 (% a.a.)	1,91	1,92	2,76	1,71	1,69	1,95
DPPs com ao menos um indígena (DPPIs)						
Número de DPPIs em 2022	135.956	38.122	83.325	14.509	38.960	96.996
DPPIs ocupados (%)	3,3	4,1	13,0	0,6	7,0	2,7
Média de moradores por DPPI em 2022	4,52	3,68	5,09	3,50	5,04	4,32

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: ¹ Não foram considerados os DPPs não ocupados de uso ocasional.

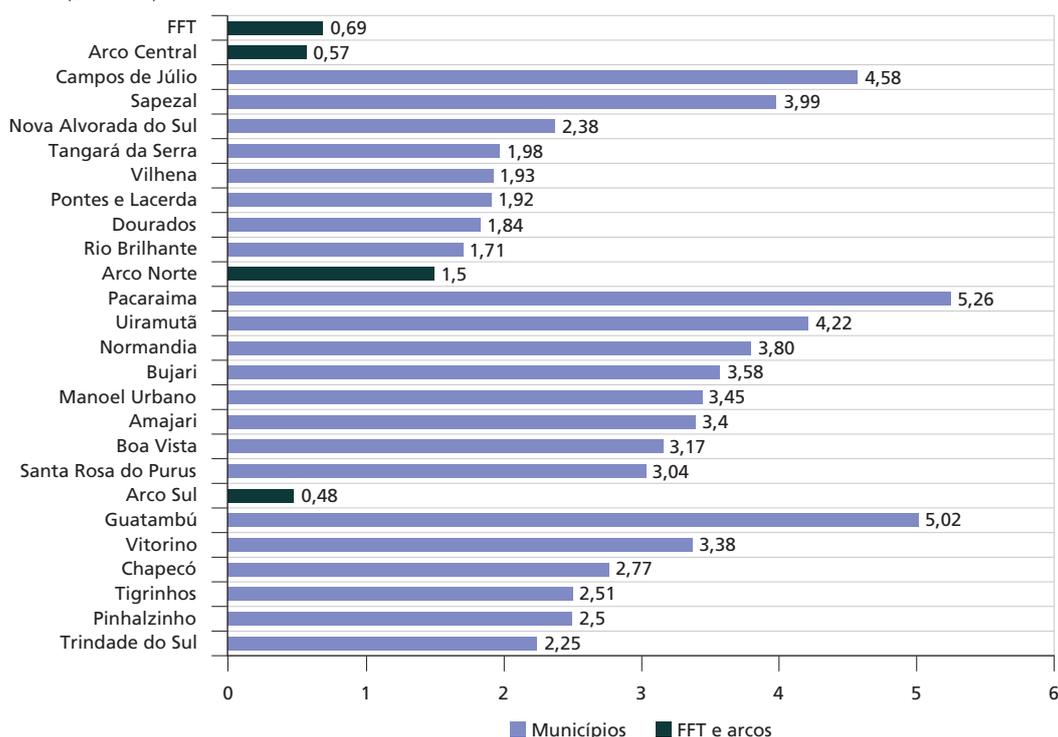
Obs.: Hab. – habitantes.

Na FFT, 29,4% dos municípios apresentaram crescimento superior ao do conjunto da faixa, sendo que a maioria pertence ao arco Sul (93 municípios). Essa classe de crescimento ocorre em 76,8% dos municípios do arco Norte, inclusive na capital roraimense, Boa Vista. O município de Pacaraima, também em Roraima, exibe a maior TGCA da FFT (gráfico 1). O crescimento superior ao da FFT também se verifica em 26,7% do total de municípios do arco Central, onde Campos de Júlio e Sapezal detêm as taxas mais elevadas; e em 22,2% do arco Sul, com destaque ao arranjo populacional Chapecó-Guatambu, com a mais elevada taxa do arco. De modo geral, verificam-se taxas elevadas de crescimento populacional em municípios ligados a atividades do agronegócio e mineração, muitos deles médias concentrações urbanas, assim como naqueles que compõem os ATs.

GRÁFICO 1

TGCAs mais elevadas, segundo arcos fronteiriços (2010-2022)

(Em % a.a.)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

O conjunto de ATs reúne 14,4% da população total da FFT em 2022, em 55 municípios, dos quais 40% cresceram a taxas superiores à da FFT. Os municípios dos ATs do arco Norte são os que mais cresceram no período, com destaque aos com TGCA superior a 2% a.a.:

- Pacaraima, em Roraima, transfronteiriço com Santa Elena de Uairén, na Venezuela;
- Santa Rosa do Purus, no Acre, transfronteiriço com Puerto Esperanza, no Peru;
- Oiapoque, no Amapá, transfronteiriço com São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa;
- Assis Brasil, no Acre, transfronteiriço com Bolpebra, na Bolívia, e com Iñapari, no Peru;
- Tabatinga, no Amazonas, transfronteiriço com Letícia, na Colômbia, e Ilha de Santa Rosa, no Peru;
- Bonfim, em Roraima, transfronteiriço com Lethem, na Guiana; e
- São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, que mantém relações transfronteiriças com Yavaraté, na Colômbia, e com San Carlos de Río Negro, na Venezuela.

Salienta-se que as populações que vivem a condição transfronteiriça não residem apenas em configurações urbanas, mas também em florestas, fundamentalmente entre povos originários, e em espaços rurais.

Tão marcante quanto o crescimento elevado na fronteira Norte do país é o declínio das TGCAs da população nos arcos Sul e Central: registraram-se taxas negativas em 51,7% dos municípios daquele e em 48,5% dos municípios deste. No período analisado, no Rio Grande do Sul, observaram-se perdas populacionais em municípios de elevado porte, como Pelotas, cuja população decresceu para 325,6 mil habitantes em 2022, e sua vizinha Rio Grande, com 191,9 mil habitantes em 2022. Igualmente, sofreram declínio populacional

centros sub-regionais interioranos com mais de 50 mil habitantes e, com poucas exceções, os municípios integrantes de ATs, incluindo Uruguaiana, de maior porte que os demais, transfronteiriço a Paso de los Libres, na Argentina. Também ocorreram perdas nos ATs do arco Central, inclusive naquele formado por Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia. Neste AT, enquanto Corumbá apresentou perda populacional, Ladário teve a taxa de crescimento superior à da FFT. O município de Guajará-Mirim, em Rondônia, que forma um AT com Guayaramerín, na Bolívia, foi outro que sofreu perda populacional. No conjunto, 46,1% dos municípios da FFT perderam população entre 2010-2022.

Entre os DPPs que abrigam a população da FFT, 82,8% estão ocupados e 10,9% dos não ocupados são vagos (tabela 1). Nos arcos fronteiros, o Sul tem a maior proporção de ocupados (84,6%), seguido do Central e do Norte. Os vagos estão proporcionalmente mais presentes no arco Central (13,3%). Reproduzindo o padrão médio nacional e da FFT, os arcos Central e Sul reduziram a média de moradores entre 2010 e 2022, de pouco mais de 3,0 para aproximadamente 2,6 pessoas, mantendo-se no arco Norte a média elevada de 3,58 moradores por domicílio em 2022. Também reproduzindo o padrão nacional, as taxas de crescimento dos domicílios ocupados foram superiores às da população: na FFT, os domicílios cresceram 1,91% a.a., com a população crescendo 0,69% a.a. no período, sendo o arco Central com o maior diferencial (1,35 p.p.). Dados comparativos entre os censos mostram também crescimento do número de domicílios vagos.

Os ATs apresentam uma média de moradores elevada nos dois períodos, superior à dos demais municípios da FFT. Quando se trata dos domicílios com ao menos um morador indígena, o comportamento dos ATs aproxima-se dos valores do arco Norte.

Essas informações, ao mesmo tempo que contribuem para demonstrar a expansão física da ocupação territorial, levam a questionamentos sobre os porquês do crescimento e da distribuição da população e seus domicílios. Entretanto, respostas dependem de futuros dados censitários, fundamentalmente aqueles referentes à mobilidade da população, condições sociais dos moradores, não só dos DPPs mas também das favelas e comunidades, entre outros.

3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO, COR OU RAÇA

A heterogeneidade interna à FFT se confirma também nas informações sobre o perfil etário e a razão de sexo (RS) da população dos municípios, que mostram comportamentos muito díspares entre os arcos e internamente a eles. No Brasil, o índice de envelhecimento (IE) – que corresponde à razão entre o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada 100 crianças de 0 a 14 anos – foi de 55,24 em 2022, apontando uma estrutura equilibrada entre os dois grupos etários considerados (tabela 2). Por sua vez, a RS do país foi de 94,25 homens para cada 100 mulheres, sendo esta razão equivalente a 98,02 na FFT. A idade mediana (IM) – que separa a metade mais jovem da metade mais idosa da população – no conjunto do país, em 2022, foi de 35 anos de idade, enquanto na FFT foi de 37 anos de idade.

TABELA 2

Composição da população da FFT (2022)

Informação	Brasil	FFT	Arco Central	Arco Norte	Arco Sul	ATs	DMs da FFT
Composição da população por idade e sexo							
IE ¹	55,24	48,59	37,41	19,23	70,09	39,92	50,22
IM (anos de idade)	35	37	33	25	39	33	38
RS ²	94,25	98,02	99,37	102,34	96,04	97,53	98,11
Composição da população por cor ou raça (%)							
Branca	43,5	51,8	34,6	17,7	70,5	45,5	52,9
Preta	10,2	5,8	7,5	7,4	4,6	5,6	5,9
Amarela	0,4	0,2	0,4	0,1	0,2	0,3	0,2
Parda	45,3	38,2	53,7	60,8	24,1	39,0	38,0
Indígena	0,6	4,0	3,9	13,9	0,6	9,6	3,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

Notas: ¹ Número de pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada 100 indivíduos de 0 a 14 anos de idade.

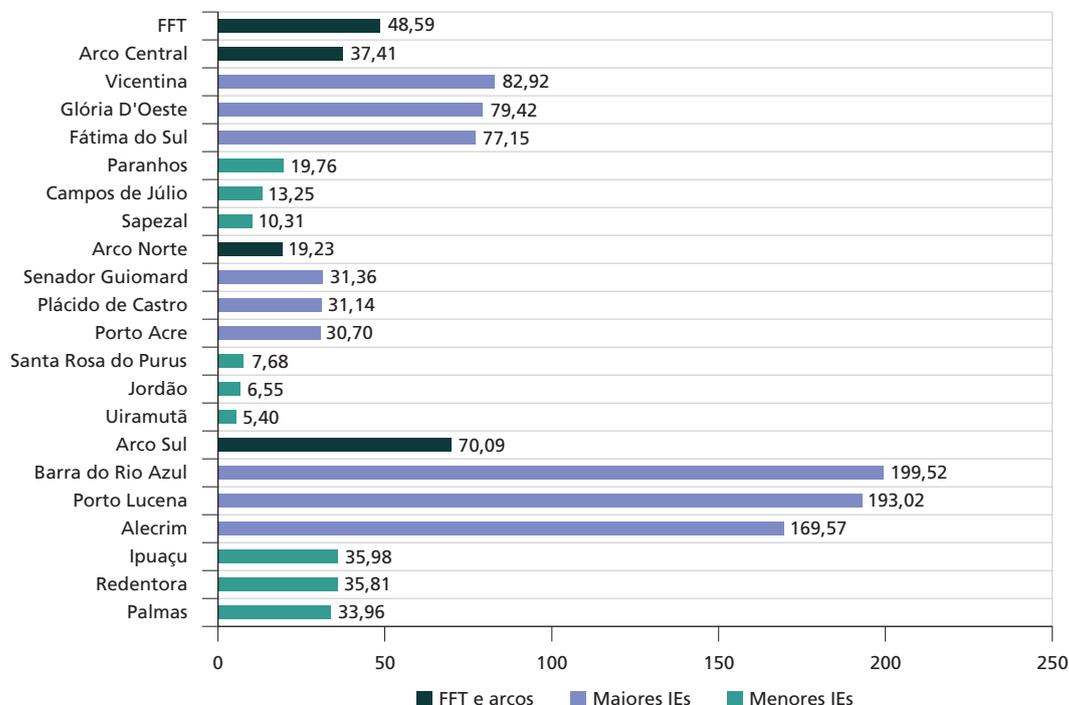
² Número de homens para cada 100 mulheres.

Obs.: A população indígena da FFT corresponde a 37,9% da população autodeclarada indígena total do Brasil.

O extremo inferior de cada arco fronteiriço assinala que o arco Norte pode ser considerado o mais jovem, com o IE numa razão de 19,23, tendo o menor índice constatado entre seus municípios em 5,40 – referente a Uiramutã, em Roraima – e o maior em 31,14 – correspondente a Plácido de Castro, no Acre. Esse valor é inferior ao menor encontrado entre os municípios do Sul – 33,96 em Palmas, no Paraná –, cujo extremo superior se aproxima de 200, evidenciando elevado número de idosos na população. Nesse arco, o IE alcança 70,09, e no arco Central, 37,41 (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Maiores e menores IEs, segundo arcos da FFT (2022)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Detendo-se aos municípios que configuram os ATs, cujo IE corresponde a 39,92, o de Santa Rosa do Purus tem o menor índice (7,68), portanto com presença marcante de pessoas menores de 14 anos. O município de Porto Mauá, no Rio Grande do Sul, transfronteiriço com Alba Posse, na Argentina, tem o maior índice (164,12), dada a presença elevada de população com 65 anos de idade ou mais. Entre os municípios que não integram ATs, com IE superior a esses (50,22), Palmas, no Paraná, respondeu pelo menor índice da FFT, enquanto Barra do Rio Azul, no Rio Grande do Sul, pelo mais elevado, ambos no arco Sul.

A IM apresenta comportamento heterogêneo internamente às regiões do país, pois equivale a 25 anos de idade no arco Norte, 33 no Central e 39 no Sul (tabela 2). Tomando por parâmetro a IM do Brasil, não se encontra no arco Norte nenhum município com valor igual ou superior a esse. No arco Sul, 90,9% dos municípios ultrapassam a IM brasileira; no Central, 30,7%. Entre os ATs, 43,6% dos municípios têm a IM superior à do Brasil, apontando uma presença jovem na população, contrariamente aos demais municípios da FFT, entre os quais 72,6% sugerem maior presença de idosos.

A RS aponta que a população feminina supera a masculina no país, compondo uma razão de 94,25 (tabela 2). O arco Norte, com a RS em 102,34, é o que tem a maior proporção de municípios (64,4%) com a RS superior a 100,00 – portanto, com forte presença masculina –, seguido do Central (59,4%), tendo no conjunto uma RS de 99,37. Entre os municípios do arco Sul (46,2%) e dos particularizados aos ATs (49,1%), registraram-se proporções mais equilibradas da RS.

No referente à cor ou raça, pouco mais de metade da população residente na FFT se declarou branca (51,8%), seguida de parda (38,2%). Esses são os dois grupos que predominaram em todos os arcos fronteiros. Porém, as proporções variam: enquanto o arco Sul tem sua população majoritariamente declarada branca (70,5%), a maior parte da população dos arcos Norte e Central se autodeclarou parda (respectivamente 60,8% e 53,7%). A população indígena tem forte presença no arco Norte (13,9% da população total), seguido pelo Central (3,9%). No recorte dos ATs, as pessoas indígenas compõem 9,6% da população (tabela 2).

No cômputo geral da FFT, a população que se autodeclarou preta é maior que a indígena, influenciada pelos arcos Central e Sul. No arco Norte e nos ATs, a relevância da presença da população indígena é evidenciada, levando a participação da FFT no total da população declarada indígena do país a 37,9%, o que remete a uma análise específica na sequência.

4 A FORTE PRESENÇA INDÍGENA NA FRONTEIRA TERRESTRE

Para melhor situar a presença da população indígena, foram considerados nesta seção os dados do total desta população em 2022 (1.694.836 pessoas), que agrega o número de informantes que se autodeclararam indígenas ao responderem ao quesito de cor ou raça e os que responderam positivamente ao quesito confirmatório “se considera indígena”. O primeiro quesito, aplicado aos moradores de todos os domicílios recenseados, computou 1.227.642 pessoas autoidentificadas como indígenas (72,42% da população indígena do país), considerados na seção anterior. O segundo – reservado aos domicílios localizados em terras indígenas (TIs) oficialmente delimitadas, agrupamentos indígenas e áreas de interesse censitário associadas a localidades indígenas de ocupação dispersa – agregou mais 467.194 pessoas (27,58% da população indígena brasileira).

Em relação ao total da população residente no país em 2022, 0,8% são pessoas indígenas, proporção que se eleva na FFT para 4,6% da população. Por sua vez, enquanto o

percentual do total de residentes em TIs no conjunto do país corresponde a apenas 0,3%, estando 99,7% da população brasileira fora dessas, na FFT estas proporções corresponderam respectivamente a 4,5% e 95,5%. Os ATs e o arco Central são os recortes com as proporções mais elevadas de residentes em TIs (tabela 3).

TABELA 3
População indígena e não indígena residente em TIs ou fora delas, no Brasil e na FFT (2022)

Informação	Brasil	FFT	Arco Central	Arco Norte	Arco Sul	ATs	DMs da FFT
População total (indígena e não indígena) residente em TIs (%)	0,3	4,5	5,1	1,3	2,9	7,2	2,2
População total (indígena e não indígena) residente fora de TIs (%)	99,7	95,5	94,9	98,7	97,1	92,8	97,8
Total de pessoas indígenas (hab.)	1.694.836	542.541	252.714	168.418	121.409	181.932	360.609
Indígenas no total da população residente (%)	0,8	4,6	7,4	8,9	1,9	10,8	3,6
Pessoas indígenas em TIs (% do total da população indígena)	36,7	59,3	57,1	56,1	68,1	61	58,4
Pessoas indígenas fora de TIs (% do total da população indígena)	63,3	40,4	42,8	43,9	30,4	39	41,1
Indígenas em TIs (% do total da população residente em TIs)	90,3	95,3	93,5	97,3	96,1	92,1	97,1
Indígenas fora de TIs (% do total da população residente fora de TIs)	0,5	1,9	3,3	4,1	0,6	4,5	1,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

Obs.: A FFT responde por 32% da população confirmadamente indígena do Brasil.

Do total de pessoas indígenas do Brasil, 32% residem na FFT e, desse montante, 14,9 pontos percentuais (p.p.) no arco Central, 9,9 p.p. no arco Norte e 7,2 p.p. no arco Sul. O arco Norte possui o maior número de municípios nos quais mais de 50% da população residente são pessoas indígenas. Em Roraima, Uiramutã tem a maior proporção de indígenas na população residente (96,6%), seguido por Normandia (89,1%), Amajari (69,5%) e Alto Alegre (60,3%). No Amazonas, destacam-se Santa Isabel do Rio Negro (96,2% de indígenas no total da população), Amaturá (91,9%), São Paulo de Olivença (80,7%), Barcelos (75,2%), Tonantins (55,4%) e Atalaia do Norte (50,8%). No arco Sul, o único caso ocorre em Ipuacu, no estado de Santa Catarina, com 55,2% de indígenas no conjunto de sua população.

Tomando por objeto os ATs, nos municípios brasileiros componentes desses arranjos residem 10,7% do total de indígenas do país, sobressaindo-se os do arco Norte, nos quais os indígenas compõem mais de 50% da população residente. Este é o caso dos ATs de:

- Pacaraima (59,2% de indígenas no total da população);
- São Gabriel da Cachoeira, transfronteiriço com Yavarate, na Colômbia, e com San Carlos de Río Negro, na Venezuela (93,2%);
- Santo Antônio do Içá no Amazonas, transfronteiriço com Tarapaca, na Colômbia (66,9%);
- Santa Rosa do Purus (63,9%);
- Japorá, no Mato Grosso do Sul, transfronteiriço com Salto del Guairá-Paraguai (57,8%); e
- Tabatinga (51,7%).

Em números absolutos, os maiores contingentes de pessoas indígenas foram registrados em São Gabriel da Cachoeira (48.256), Tabatinga (34.497), São Paulo de Olivença (26.619) e Boa Vista (20.410 pessoas).

No Brasil, 36,7% das pessoas indígenas vivem em TIs. Na FFT, este percentual se eleva para 59,3%, alcançando 68,1% no arco Sul (tabela 3). Essa proporção elevada pode decorrer tanto da menor presença absoluta de pessoas indígenas na população desse arco, quanto de maior efetividade na formalização das TIs. Vale lembrar que a morosidade da homologação das TIs vulnerabiliza o território e as pessoas indígenas, provocando a insegurança quanto ao seu hábitat. Além disso, torna essas populações alvos de pressão em disputas pela posse de suas terras ou pelo uso indevido destas, particularmente para atividades ilícitas, como o garimpo ilegal, a pesca predatória e a exploração da floresta, com práticas que contaminam as águas e disseminam doenças.

As informações sobre o perfil etário da população indígena evidenciam essa condição de vulnerabilidade. A IM da população brasileira é de 35 anos, caindo no caso da população indígena para 25 anos de idade. Na FFT, 42% dos municípios com população indígena possuem a IM inferior à do Brasil. Para a população total do país, o IE calculado pelo IBGE como a razão entre a população de 0 a 14 anos de idade e aquela com mais de 60 anos de idade corresponde a 80,00.⁶ Para a população indígena, este indicador equivale a 35,55, demonstrando-se a predominância da população mais jovem sobre a idosa neste segmento. Na FFT, 55,5% dos municípios que possuem população indígena apresentam um IE ainda menor que o do país, sugerindo menor longevidade, portanto maior necessidade de políticas de saúde e cuidados especiais para os idosos, assim como para o elevado contingente de crianças e adolescentes. Quanto à RS nos municípios da FFT com indígenas, 43,7% têm maior participação feminina na população, com a RS inferior a 100.

Em se tratando dos DPPIs, que correspondem a 0,9% do total de DPPs do Brasil, na FFT estes atingem 3,3% do total dos DPPIs ocupados. O arco Sul tem uma proporção de DPPIs ocupados de 0,6%; no Central, a taxa se eleva (4,1%); no Norte, alcança 13,0%; e no recorte dos ATs, 7,0% (tabela 1). A média de moradores por DPPI reproduz o valor mais elevado no arco Norte (5,09) e nos ATs (5,04), perante uma média de 4,52 na FFT, sendo 3,64 no total dos DPPIs do país.

Além desses dados gerais, que podem ser analisados para cada município brasileiro, o IBGE já disponibilizou, entre os primeiros resultados do universo do Censo 2022, informações que permitem análises com dados específicos sobre a população residente e sobre DPPs ocupados com pelo menos um morador indígena ou não, localizados em TIs. Também estão disponíveis informações do universo da pesquisa sobre a população quilombola e os territórios quilombolas, permitindo leituras mais aprofundadas sobre essa participação na FFT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade aberta pelos dados censitários tem relevo por estes serem os únicos que permitem cobertura e comparabilidade entre todas as UFs. Disponíveis para os 5.570 municípios brasileiros, garantem o mesmo rigor metodológico na concepção, a mesma técnica de pesquisa e operacionalização e a mesma temporalidade de coleta.

6. Como já assinalado na seção 3, o IE calculado tendo como referência as pessoas idosas com 65 anos de idade ou mais é de 55,24 para o Brasil.

Neste ensaio, foram destacados apenas alguns registros, enquanto se aguardam, para uma efetiva análise, informações ainda em processamento, que permitirão não só detalhar as especificidades entre os arcos e internamente a eles, mas também levantar hipóteses explicativas sobre processos, dinâmicas e comportamentos registrados.

Os dados disponibilizados retratam uma faixa fronteira com grande heterogeneidade interna, apontando áreas que, pelo padrão de crescimento, sugerem atratividade, e outras cujo declínio populacional sugere estagnação. Informações sobre o crescimento vegetativo, analisadas conjuntamente ao perfil etário da população, contribuirão para explicar os processos populacionais de cada recorte territorial. Outras, sobre movimentos migratórios e pendulares, ainda não disponíveis, elucidarão as dinâmicas transfronteiriças, particularmente o papel do trabalho e do estudo na mobilidade cotidiana entre países, e poderão apontar processos migratórios internacionais de curta distância, entre municípios próximos à linha de fronteira. Com isso, trarão mais elementos explicativos quanto à origem e ao destino da população que faz elevar o crescimento, garantir a permanência ou provocar a evasão dos municípios.

Informações cruzadas, variação e índices sobre e entre os marcadores focados e disponibilizados no portal do IBGE, somadas a informações sobre fecundidade e outras estatísticas vitais, serão fundamentais para melhor compreender perfis tão díspares. O conhecimento dessas especificidades e suas causas são imprescindíveis à formulação de políticas públicas adequadas às necessidades da população. Não obstante, as informações sintetizadas neste ensaio já alertam para as “várias” fronteiras a serem contempladas no planejamento e na gestão do território e sinalizam localizações e segmentos de população mais vulneráveis, a requererem maior atenção de gestores e formuladores de políticas públicas.

Além de darem atualidade aos processos populacionais em curso, abarcando a diversidade da população, os dados tornam perceptíveis as dinâmicas do território em todos os quadrantes, sinalizando aquelas que ultrapassam os limites nacionais. Pode-se dizer que, com poucos números e poucas palavras já é possível identificar um elenco de questões em busca de investigação detalhada para que se compreendam as lógicas e as necessidades, e se aja em busca da melhoria das condições de vida da população brasileira.

Quanto ao Censo, mesmo com atraso, chegou em boa hora! Que seja mais valorizado, mais respeitado, mais acessado e prossiga alimentando a série histórica mais detalhada e longeva existente sobre o território do Brasil e seus povos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 6113, 3 maio 1979. Seção 1.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases para uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: MIR, 2005.

_____. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 2021. Seção 1.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 5 fev. 2024.

_____. **Censo demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL. **Acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas**. Paraguai: CMC, 2019. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/3830>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MOURA, R.; FERREIRA, G. **Fronteiras do Brasil**: primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022. Brasília: Ipea, out. 2023. (Nota Técnica, n. 41). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12359>.

MOURA, R.; PÊGO, B.; FERREIRA, G. **A gestão urbana em arranjos transfronteiriços e os desafios de sua regulamentação**. Brasília: Ipea, nov. 2022. 30 p. (Texto para Discussão, n. 2809).